

Tomada de posse como juizes em regime de estágio – 38.º Curso do CEJ

Bom dia a todos os presentes e a todos os que assistem a esta cerimónia remotamente.

Antes de mais, apresento, em meu nome e em nome de todos os juizes de direito em regime de estágio que hoje tomaram posse, respeitosos cumprimentos:

- Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura
- Ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura
- Aos Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação aqui presentes
- Aos Excelentíssimos Senhores Diretor, Diretora-Adjunta, Coordenador do Departamento da Formação e Coordenadores Regionais do Centro de Estudos Judiciários
- Aos Excelentíssimos Senhores Vogais e Excelentíssima Senhora Juiz Secretária do Conselho Superior da Magistratura
- Aos Excelentíssimos Senhores Chefes de Gabinete do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura
- E aos Excelentíssimos Senhor Inspetor Coordenador e Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Há pouco mais de um ano dizia que o percurso até então havia sido exigente, e que a nova fase que se avizinhava se encarregaria de nos demonstrar que os desafios e a exigência com que nos depararíamos iriam aumentar. No entanto, com o nosso empenho e resiliência, acreditava que estaríamos à altura.

E cá estamos hoje, num dia que corresponde a mais um marco no nosso percurso profissional e em que vestimos pela primeira vez as nossas becas.

Estamos cada vez mais perto do culminar desta fase inicial de formação, pelo que importa um olhar de retrospectiva do percurso até agora efetuado, bem como um olhar sobre a próxima fase.

Se os primeiros meses foram essencialmente de *escola*, a escola do Limoeiro, este último ano permitiu-nos adquirir uma consciência bem mais próxima da realidade do quotidiano de um Magistrado. Desde os despachos de mero expediente à tomada de decisões no gabinete e na sala de audiência, da realização das diligências à sua direção e do solucionar de imprevistos à gestão de agenda.

Isso permitiu-nos, indubitavelmente, perceber que decidir da vida das pessoas não é uma tarefa fácil. Desde logo, porque as situações não são todas iguais, mas também porque, frequentemente, a realidade ultrapassa aquilo que vem nos livros. Por isso, não só a resposta não pode ser sempre a mesma, como muitas vezes tem de ser adaptada ou criada para o caso que temos em mãos. Daí que seja necessário compreender a concreta realidade subjacente, bem como as particulares circunstâncias envolventes dessa situação jurídica, sempre com respeito pela dignidade da pessoa humana e pelo Estado de Direito Democrático.

Pudemos ainda aperceber-nos da exigência inerente ao exercício consciente, íntegro, diligente, leal, transparente e cortês da profissão, em cada uma das jurisdições e em virtude das suas especificidades.

A isto, acresce um permanente escrutínio da sociedade, nem sempre alicerçado nos factos reais e que tantas vezes dá origem a juízos de valor inexatos e frequentemente injustos.

Todavia, também nos pudemos aperceber de quão gratificante é tomar decisões que solucionam problemas, que melhoram vidas, que põem termo a litígios e permitem uma pacificação social.

Este último ano permitiu, sem dúvida, perceber ao que vamos. E ainda bem. Vamos ainda com mais vontade.

Impõe-se, por isso, uma palavra de agradecimento aos nossos Formadores, bem como aos Magistrados com quem nos fomos cruzando ao longo deste último ano, porque mostraram uma disponibilidade imensa para nos apoiar, partilhar histórias e experiências, e, sobretudo, conhecimentos, e, em muitos momentos ainda, tranquilizar-nos quanto às nossas inseguranças. Desse modo, muito contribuíram para que aqui chegássemos e para podermos ir formando a nossa resposta àquela questão que nos colocaram à chegada ao CEJ: *“que magistrado quero ser?”*.

Cientes de que não existem fórmulas perfeitas para o modo de exercer a judicatura, demos mais alguns passos na descoberta desta resposta em constante devir. Sobretudo nos tempos atuais, que evoluem a enorme velocidade, potenciada pelos meios tecnológicos e de comunicação disponíveis, que imprimem uma premente

necessidade de demonstrar e reforçar o respeito pelos princípios e valores subjacentes à profissão que decidimos abraçar.

Também este ano pudemos contar uns com os outros na partilha de dúvidas e angústias, ajudando-nos mutuamente e beneficiando dos conselhos dos colegas já em fase mais adiantada da formação. A eles, também o nosso obrigada.

Este ano que temos pela frente será igualmente um ano de aprendizagem e de absorção do que nos rodeia, procurando retirar o máximo proveito do dia a dia num Tribunal com vários Magistrados, com distintas realidades e com uma partilha acrescida de experiências e de saber.

Não ignoramos, naturalmente, que esta nova etapa, será ainda mais exigente do que as anteriores e que a nossa dedicação e resiliência têm de ser reforçadas, até porque a nossa responsabilidade é, agora, também ela muito superior.

Há que estar atento a todos os intervenientes, às particularidades das situações com que nos depararemos, aos imprevistos que surgirão e que teremos de ser nós a solucionar, e tudo sem nunca esquecer os valores que devem estar presentes no exercício das funções inerentes ao novo cargo, como seja a imparcialidade, a isenção, o rigor, a urbanidade e o bom senso. Só desse modo poderemos desempenhar convenientemente o papel a que nos propomos e que afirmámos solenemente há instantes: administrar a justiça, e fazê-lo em nome do povo e no respeito pela Constituição e pela lei.

Para terminar, desejo, então, que todos saibamos cumprir as tarefas que nos são confiadas, sendo parte da solução, e não do problema, não olvidando que se trata de

serviço público, a exercer com espírito de abnegação e elevado sentido de responsabilidade.

Obrigada e um excelente ano para todos.

Lisboa, 08 de janeiro de 2024.